

O contexto da vulnerabilidade ambiental enquanto um produto da colonização e da democracia liberal: o entendimento e a educação sobre o terremoto no Haiti*

Paul R. Carr

Gary W. J. Pluim

Gina Thésée

135

Resumo

As questões ambientais no Haiti têm tornado o país mais dependente e vulnerável aos eventos catastróficos, como no terremoto de 2010. Neste artigo, as raízes sociais e políticas que permitiram tal vulnerabilidade são examinadas e, com base no Índice de Vulnerabilidade, é apresentado um quadro de como meio ambiente, ecologia humana, democracia e educação se cruzam nesse contexto. O estudo se concentra em quatro desenvolvimentos sociais ligados às catastróficas consequências humanas do terremoto. A análise dessas ações levando em conta esse índice permite ilustrar como processos específicos e seus resultados estiveram vinculados a noções de democracia de diferentes formas. Estabelecido o elo conceitual entre meio ambiente e democracia, são apresentados os resultados negativos da vulnerabilidade numa democracia “fina”, e como a educação hegemônica contribui para limitar e enfraquecer a retórica de uma democracia “espessa”. Conclui pela defesa de uma educação voltada para a democracia “espessa”, que possa romper e abordar as condições de colonização, injustiça social e vulnerabilidade ambiental, alertando que essa democracia requer uma educação crítica e mais comprometida.

* A pesquisa apresentada neste artigo foi financiada pelo Social Sciences and Humanities Research Council of Canada (SSHRC – Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais e Humanidades do Canadá) sob o título “Democracia, alfabetização política e educação transformadora”. Paul R. Carr é o principal investigador desse projeto, Gina Thésée é co-investigadora e Gary Pluim é assistente de pesquisa.

Traduzido do original em inglês por Andreza Jesus Meireles.

Palavras-chave: vulnerabilidade ambiental; terremoto; justiça social; democracia; imperialismo; hegemonia; alfabetização política; educação transformadora; Haiti.

Abstract

Contextualizing environmental vulnerability as a product of colonization and thin democracy: Understanding and educating about the earthquake in Haiti

Environmental issues in Haiti have relentlessly made the country more dependent, immobilized and exceptionally vulnerable to withstand catastrophic events such as the earthquake only a few years ago. In this article we examine the social and political roots that have permitted such vulnerability in Haiti. Based on a Vulnerability Index, the article frames how the environment, human ecology, democracy, and education intersect in Haiti. It centers on four broad-based societal developments in Haiti that we propose were fundamentally linked to the catastrophic human consequences of the earthquake. Analyzing these actions against the Vulnerability Index, we illustrate how specific processes and outcomes were interconnected with notions of democracy in its different forms. Through this conceptual link between the environment and democracy, we demonstrate the negative outcomes of vulnerability in a thin democracy, and how hegemonic education contributes to limiting and undermining the rhetoric of a thick democracy. We make a case for education for (thick) democracy, one that might disrupt, and address the conditions of colonization, social injustice, and environmental vulnerability, and one that requires more meaningfully engaged and critical education.

Keywords: environmental vulnerability; Haiti; earthquake; social justice; democracy; imperialism; hegemony; political literacy; transformative education.

1 Introdução

Catástrofes ambientais, como o terremoto de 2010 no Haiti, não podem ser vistas apenas como resultado de um desastre natural imprevisível ou de uma tragédia “imposta” aos homens. As consequências de tal calamidade estão profundamente ligadas às decisões sociopolíticas contemporâneas e históricas, internas e externas, que afetaram a sociedade haitiana. O processo de tomada de decisões é um tema importante para a democracia, ao considerá-la na sua concepção mais ampla. Conceituada como “espessa”, esse tipo de democracia encapsula questões transversais acerca de justiça social, alfabetização política, colonialismo, neoliberalismo e meio ambiente (Carr, 2011). Questões ambientais que estão seriamente conectadas à justiça social e ao colonialismo, bem como relações de

poder imbricadas nas relações coloniais e pós-coloniais, apresentam, cultivam e, até mesmo, justapõem-se a resultados injustos para grupos de cidadãos quanto ao seu ambiente. Tudo isso traz implicações para a democracia. Mudanças ambientais afetam as pessoas de formas diferentes, sendo inevitavelmente injustas, e denunciam a falta de oportunidades que alguns cidadãos vivenciam, o que torna alguns grupos sociais particularmente vulneráveis a desastres ambientais. Assim, o projeto ambiental trata fundamentalmente de como podemos buscar coletivamente formas de transformar nossa relação com o meio ambiente e vivermos melhor juntos (Sauvé, 2011). Dessa forma, a vulnerabilidade ambiental é, em essência, uma questão de democracia, numa acepção mais abrangente, referida como uma democracia ecológica (Bourg, Whiteside, 2010). A educação ambiental deve, então, lutar efetivamente pelos projetos que liguem meio ambiente, justiça social, descolonização e educação para a democracia “espessa” (Thésée, Carr, 2008a, 2008b).

O estudo se inicia com a descrição da cena do terremoto no Haiti, que na destruição denuncia os problemas de desenvolvimento das estruturas sociais haitianas. Um elo conceitual entre meio ambiente e democracia é feito, destacando-se o subproduto da vulnerabilidade numa democracia “fina” e como a educação hegemônica contribui para este tipo de democracia. O artigo focaliza o contexto haitiano, apresentando um breve pano de fundo histórico da democracia no Haiti e destacando, em particular, as barreiras à justiça ambiental e à justiça social, resultantes das articulações ameaçadoras haitianas junto ao colonialismo e ao neocolonialismo. Salientam-se quatro desenvolvimentos subsequentes no Haiti, intrinsecamente ligados às consequências do terremoto. Em seguida, apresentamos o *Índice de Vulnerabilidade Ambiental* (Thésée; Carr, 2008a) que possibilita ligar criticamente a tomada de decisão aos resultados democráticos “espessos”, e as quatro ações sociopolíticas são analisadas a partir desse *Índice*.

A possibilidade de o Haiti criar uma sociedade justa, na qual todo seu povo seja protegido em tempos de crises ambientais, poderá se concretizar por meio de uma educação para a democracia “espessa”, significativa e funcional, que englobe uma participação expressiva, a tomada de decisão compartilhada, o engajamento crítico, o foco na alfabetização política e na educação transformadora (Carr, 2011). Assim, defendemos a educação voltada para a democracia “espessa” que deva indicar o caminho a se romper e a superar as condições de colonização nocivas, a injustiça social e a vulnerabilidade ambiental.

2 O terremoto haitiano de 2010

Na terça-feira do dia 12 de janeiro de 2010, às 14h53, um terremoto de magnitude 7.3 na escala Richter atingiu a região portuária urbana da capital do Haiti, afetando diretamente três milhões de pessoas (*grosso modo*, um terço da população), e deixando aproximadamente 200 mil mortos (Muggah, Kolbe, 2011).¹

¹ O número de mortos em decorrência do terremoto é controverso. Enquanto organizações não governamentais oficiais e dados do governo haitiano estimam o número de vítimas em mais de 200 mil, pesquisa de campo antropológica

Com duração de 35 segundos, o tremor pegou os cidadãos de surpresa, no final do expediente, quando muitos se encontravam no meio de seu trajeto de deslocamento.

Quando a terra se acalmou, entulhos, fuligem e sinais da destruição estavam por todos os lados. Os efeitos do terremoto e seus danos ficaram imediatamente visíveis. Estradas ficaram intransponíveis e o aeroporto inutilizado. Quase todas as comunicações eletrônicas e telecomunicações foram cortadas. Sobreviventes procuravam outros sobreviventes – familiares e amigos – andando pelas cidades, chamando seus amados pelo nome. Estima-se que 3,5 milhões de pessoas foram afetadas de diversas maneiras: quase 300 mil lares foram destruídos ou ficaram bastante danificados; 1,5 milhão de habitantes ficaram desabrigados e mais de 600 mil se mudaram para casas de outras pessoas ou para os campos internos de deslocados; 60% dos prédios governamentais e 4 mil escolas foram destruídos; além disso, um quarto dos servidores públicos de Porto Príncipe morreu.

Questões sobre como o terremoto pôde ser tão devastador para tantas pessoas surgiram. Michèle D. Pierre-Louis (2011, p. 6-7) se questiona “se o terremoto não escolheu seus alvos, parece que, em sua própria cegueira, ele atingiu as zonas mais frágeis, de grande densidade demográfica, e, justamente, nessas áreas foi contabilizado o maior número de mortos”.² Outros especialistas haitianos ligaram a história de colonização do país à sua fraqueza política doméstica, enfatizando uma carência na democracia que criou circunstâncias de extrema vulnerabilidade. Paul Farmer (2011) descreve o terremoto como uma crise “crônica aguda”, usando essa analogia médica para representar o grande trauma infligido sobre uma condição contínua de vulnerabilidade, causada por cinco séculos de colonização, escravidão, ostracismo, conflitos sociopolíticos e dependência. Doucet e Dublin (2012, p. 4) também associam a volatilidade sociopolítica haitiana à incapacidade de suas estruturas sociais lidarem com as consequências do terremoto sobre seus cidadãos mais vulneráveis:

O terremoto que devastou a capital do Haiti e áreas circundantes, em janeiro de 2010, é um entre muitos eventos catastróficos [...]. Esses desastres nos fazem lembrar, de modo inequívoco, da nossa vulnerabilidade coletiva. Em estados-nações já comprometidos pela fragilidade política e econômica, as consequências não naturais de desastres naturais aprofundam seus impactos e elevam a urgência na resposta. O caso haitiano representa um exemplo crítico disso, com a desolação do terremoto somada a ciclones, a uma epidemia de cólera e a um preocupante cenário político. [...] Muitas perguntas continuam sem resposta para o povo haitiano, e, em particular, para suas populações mais vulneráveis – crianças e mulheres vivendo na pobreza, desalojadas em cidades-tenda, onde suas necessidades mais básicas de água potável, comida e proteção não estão sendo atendidas.³ (Doucet; Dublin, 2012, p. 4).

estimou um número aproximado de 65 mil mortos. Migrações internas generalizadas após o terremoto agravaram a dificuldade para avaliar com precisão o número de vítimas do terremoto (cf. Muggah, Athena, 2012; Schuller, 2012; Schwartz, 2012).

² [...] si le tremblement de terre n’a pas choisi ses cibles, il semble bien que dans son aveuglement même, il aura frappé les zones les plus fragiles à grande concentration démographique, et c’est dans ces quartiers que l’on comptera le plus de morts [...].

³ The earthquake that devastated Haiti’s capital and surrounding areas in January 2010 is one among many catastrophic events [...]. These disasters remind us unequivocally of our collective vulnerability. In nation-states already compromised by political and economic fragility, the unnatural consequences of natural disasters deepen their impact and heighten the urgency of response. Haiti’s case represents a critical example of this, with the desolation of the earthquake compounded by hurricanes, an outbreak of cholera, and a fraught political landscape. [...] Many questions remain unanswered for Haiti’s people, and in particular her most vulnerable populations – children and women living in poverty, displaced in tent cities where their most basic needs for clean water, food, and protection are not being met.

Como historiadores haitianos e analistas do terremoto defendem, a fundação socioestrutural haitiana que permitiu tal devastação resultou de décadas de decisões (ou não decisões) que, basicamente, iriam arruinar os mais vulneráveis. Na verdade, apesar das desigualdades no Haiti serem bem conhecidas, o resultado do terremoto foi o que mais vividamente ilustrou a extensão de tais diferenças. O Haiti é um ambiente complexo: segmentos frágeis da população vivem numa sociedade que é, na sua totalidade, vulnerável. De fato, o terremoto afetou todos aqueles que estavam no seu caminho: códigos fracos de práticas na construção civil comprometeram lares de comunidades empobrecidas densamente povoadas, assim como hotéis, instituições públicas e negócios privados em Porto Príncipe. Contudo, certos segmentos da população estiveram especialmente vulneráveis ao terremoto, o que foi evidenciado particularmente durante a reconstrução. Essas camadas de interseccionalidade – vulnerabilidade sobre vulnerabilidade – constituem-se em ponto central deste artigo e são apresentadas no contexto do meio ambiente como um componente nuclear da democracia.

3 Contextualizando meio ambiente, democracia, vulnerabilidade e educação

Enquanto para alguns segmentos o meio ambiente é visto como um sistema separado, operando nas esferas local, nacional e global, para a perspectiva holística toda a humanidade está não apenas profundamente imersa numa rede altamente complexa de relações naturais entrelaçadas, como também populações encontram-se suscetíveis a mudanças nas condições ambientais, o que as afeta de forma desigual e desproporcional. Condições humanas caracterizam-se pelas relações de poder (cf. Foucault, 1982), e os custos – e benefícios – dos resultados ambientais são operacionalizados em conformidade com essas relações. Assim, a justiça social deve ser mesclada a justiça ambiental, e tal ambientalismo – para ser significativo para as populações vulneráveis – não deve ser manchado ou impregnado por ideologias imperialistas hegemônicas, racismo ou noções ocidentais de desenvolvimento (Thésée, Carr, 2008b).

A democracia, no entanto, normalmente não se responsabiliza por essa rede de correlações. Nos discursos em voga, a democracia é amplamente constituída em seu sentido político. Como Carr (2011) explica, na teoria da democracia “fina”, a democracia é mantida, principalmente, por meio do instituto das eleições, dando destaque à representação e ao voto. O engajamento nesse tipo de democracia demanda o aprendizado sobre partidos políticos, o estudo acerca de questões de plataformas eleitorais e o acompanhamento da agenda definida pela grande mídia. Por exemplo, durante a ida mais recente dos haitianos às urnas, organizações internacionais de monitoramento eleitoral, tais como a Organização dos Estados Americanos (Rosnick, 2011), elencaram o “fortalecimento da democracia” como um resultado central da alta participação eleitoral, apesar de aproximadamente um terço dos eleitores aptos terem votado. Questões acerca da diversidade, da pluralidade e

do multiculturalismo também são tomadas como essenciais ou romantizadas numa democracia “fina”, não crítica, politizada ou vista dentro do contexto de poder (Carr, 2011). Conceituar a democracia na ausência de poder nas relações sociais negligencia o impacto que as crises sociais e ambientais, bem como as múltiplas vulnerabilidades em curso, têm sobre as diversas populações. Dessa forma, a educação sobre o terremoto deve promover conceituações mais “espessas” de democracia, incluindo condições e decisões que afetem os segmentos mais vulneráveis da população.

4 A tumultuosa relação histórica haitiana entre democracia e meio ambiente

Desde as viagens transatlânticas de Colombo em 1492, tensões entre democracia, colonização e meio ambiente constituíram a base para um Estado vulnerável, projetando séculos de distribuição desigual de poder e de privilégio na sociedade haitiana. No momento da chegada de Colombo, estima-se que 500 mil membros de populações indígenas haitianas, a nação taíno, povoavam a ilha. Juntamente com a colonização espanhola e o domínio militar, também veio a exploração econômica por meio da escravidão, um instrumento-chave usado nas abordagens imperialistas europeias da Idade Média sobre as colônias de além-mar. Um novo tecido social se desenvolvia à medida que as aldeias eram invadidas, chefes eram assassinados, e os taíno eram usados como escravos para escavação em grandes depósitos de ouro na Hispaniola. Em resposta a essas cruéis condições, milhares de taíno começaram a morrer, muitos cometendo suicídio (Arthut, Dash, 1999), e, como em outras partes do mundo, outros tantos morreram por doenças trazidas do exterior pelos colonizadores. A chegada de Colombo marcou a primeira intervenção estrangeira no Haiti e o início de uma longa trajetória de colonizadores que usaram maneiras variadas, mas similarmente atroz para subordinar, controlar e explorar a população. Como destacado por Casimir (1992, p. 12): “desde o desembarque de Cristóvão Colombo no Caribe, os povos dessas terras viram seus sonhos por liberdade e respeito pelos direitos humanos esvaírem-se de uma forma geral”.⁴

A eventual exterminação dos taíno definiria o palco para a importação de escravos africanos para suprir a carência de mão de obra. Em 1501, os espanhóis trouxeram os primeiros escravos da África, os quais, em breve, seriam usados por toda a colônia para trabalho barato, descartável e sacrificante. A instituição da escravidão, a fim de sustentar uma economia florescente (principalmente por meio de plantações de cana-de-açúcar, que forneceram três quartos da oferta global para os colonizadores franceses), iria prosperar sob o domínio francês que assumiu o controle sobre os espanhóis através do Tratado de Ryswick em 1697.

Ao final do século 18, após quase três séculos de escravidão, houve uma revolução no Haiti que, comandada por escravos de Saint-Domingue, mobilizou um grande número de pessoas para pleitear a liberdade ao rei da França, Luís XIV

⁴ Since Christopher Columbus landed in the Caribbean, the peoples of these lands have seen their dreams of freedom and respect for human rights generally fade.

(Fick, 1990). A longa e difícil revolução culminaria na independência da colônia que seria chamada "Ayiti" (Haiti), em taíno, "terra de montanhas altas", a primeira e única nação nascida a partir da resistência selvagem e da mobilização de povos escravizados.

C. L. R. James (1989, p. 391) propõe que esse momento histórico foi incomensuravelmente significativo para o desenvolvimento de uma identidade regional: "os aborígenes caribenhos pela primeira vez se tornaram conscientes de si próprios enquanto um povo na Revolução Haitiana".⁵ Não se deve esquecer que o custo da independência para os cidadãos haitianos foi igualmente assombroso. O imenso desafio do Haiti era construir "uma nova ordem sobre as cinzas de um sistema de monocultura",⁶ em condições socioeconômicas imensamente desfavoráveis, embora "eles tenham herdado o legado da pesada e violenta exploração laboral, não herdaram qualquer capital que essa exploração tenha produzido"⁷ (p. 118). Restrições impostas pela comunidade internacional em resposta à Revolução tiveram efeitos ainda mais paralisantes na forma como os cidadãos participavam no Haiti. A indenização devida à França pela independência "inconveniente" resultou numa dívida de 150 milhões de francos: a fim de contextualizar, a média do orçamento anual haitiano no período era de aproximadamente 20 milhões de francos.

A dominação colonial atingiu novamente o Haiti com a chegada da Marinha Americana, na I Guerra Mundial. Durante a ocupação americana (1915-1934), um plebiscito constitucional foi coordenado para permitir a aquisição de propriedades no Haiti por estrangeiros. Sob o que foi amplamente caracterizado como um regime repressivo e fascista, o plebiscito manipulado criou condições para novas formas de contenção subversiva, sob uma retórica democrática. Essa emenda legal abriria a porta para crescentes ataques de corporações estrangeiras interessadas em se instalarem no Haiti, e, algumas delas, até hoje, colhem benefícios econômicos por estarem situadas num país com instituições fracas, sem regulação ambiental e onde os trabalhadores praticamente não possuem qualquer direito.

Em suma, desde os primeiros dias do Haiti enquanto colônia, as condições impostas sobre seus cidadãos determinaram a fundação de um grande e arraigado estado de vulnerabilidade. Anthony Oliver-Smith (2012, p. 23) compara as consequências do terremoto às primeiras trepidações mundiais da Revolução Haitiana, destacando que:

[...] muito da devastação e miséria causada no Haiti pelo terremoto de 12 de janeiro de 2010 foi produto de processos históricos, postos em funcionamento desde o período da independência em 1804, e, é claro, anteriormente, durante o período de escravidão. Esses processos, emergindo da resposta internacional à abolição da escravidão e à luta por independência, cumulativamente, ao longo do tempo, produziram as condições de profunda vulnerabilidade em que a maior parte da população haitiana viveu.⁸ (Oliver-Smith, 2012, p. 23).

⁵ West Indians first became aware of themselves as a people in the Haitian Revolution".

⁶ [...] a new order on the ashes of a plantation system.

⁷ [...] they inherited the legacies of massive and violent labor extraction without inheriting any of the capital that this extraction had produced [...].

⁸ [...] much of the devastation and misery caused in Haiti by the earthquake of January 12, 2010 was a product of historical processes set in motion since the time of independence in 1804, and, of course, earlier, during the time of

Em consequência do genocídio dos taíno, da segregação social decorrente da escravidão, da dívida pela independência que os haitianos continuam a carregar, até as oportunidades para exploração forjadas na reforma constitucional durante a ocupação americana, o panorama social haitiano já se encontrava amplamente vulnerável, mesmo antes dos acontecimentos dos últimos 50 anos.

Muito já foi escrito acerca de questões como o desmatamento e seus efeitos sobre a erosão, a degradação ambiental, a desintegração da classe agrária, a emergência de favelas haitianas, as ditaduras dos Duvalier e a corrupção no Haiti, o êxodo rural, a migração em massa e a desintegração da classe média (cf. Anglade, 1982a; Carr, 2011; Prével, Thésée, 2012; Thésée, Carr, 2008b). Baseados nesses acontecimentos, analisaremos como eles influenciaram diretamente os resultados do terremoto sobre as pessoas mais vulneráveis no Haiti. Essa frágil fundação original, estabelecida ao longo de mais de quatrocentos anos, é que possibilitaria o planejamento social específico de decisões que as falhas do terremoto expuseram. A seguir, examinamos quatro decisões específicas em larga escala e acompanhamos os impactos paralelos destas sobre o meio ambiente e sobre o povo haitiano mais vulnerável.

5 Resultados de ações sociais selecionadas no Haiti e seus impactos sobre populações vulneráveis: saúde, moradia, segurança e decisões quanto à distribuição de ajuda

142

Nesta seção, focalizamos quatro significativos cursos de ação, examinando suas consequências sobre a população como um todo e explicando como alguns grupos de haitianos foram menos afetados pelo colapso ambiental, enquanto outros foram profundamente prejudicados por ele. Tais ações incluem: a industrialização desenfreada juntamente com o planejamento social e urbano; a distribuição de ajuda emergencial; a manutenção da paz internacional; e a inauguração e o gerenciamento dos campos de pessoas deslocadas internamente. Em seguida, analisaremos tais ações com base no *Índice de Vulnerabilidade Ambiental* (Thésée, Carr, 2008a), relacionando-as à democracia “espessa” explícita.

5.1 Economias urbanas e centralização no Haiti

Nas décadas anteriores ao terremoto, a área geográfica de Porto Príncipe expandiu-se consideravelmente, devido, em larga medida, à intervenção internacional que afetou bastante o país. Em primeiro lugar, durante o domínio de inclinação capitalista duvalierano (1957-1986), um clima econômico amistoso junto ao exterior abriu portas às corporações internacionais para o estabelecimento de fábricas, voltadas, em parte, ao estímulo de emprego local. Concomitantemente, o surto da

slavery. These processes, emerging from the international response to the abolition of slavery and the struggle for independence, cumulatively over time, produced the conditions of profound vulnerability in which most of Haiti's population lived.

gripe suína na década de 1980 levou a United States Agency for International Development (Usaid – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) à decisão de exterminar por completo a espécie de porcos crioulos. Essa decisão controversa deteriorou seriamente a realização de práticas de agricultura sustentáveis e afetou os trabalhadores rurais no alcance da segurança alimentar. Em consequência, o Haiti vivenciou um grande êxodo de trabalhadores rurais para áreas urbanas, em busca de melhores meios de subsistência na promessa de emprego nas fábricas, principalmente em Porto Príncipe. Essa “urbanização prematura”, termo cunhado pelo United Nations Human Settlements Program (UN-Habitat – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos), traria consequências desastrosas à população haitiana (Smith et al., 2013). Como a reputação haitiana, em termos de segurança, não melhorou durante as ditaduras brutais dos Duvalier, muitas dessas empresas se mostraram inviáveis. A saída dessas companhias do país deixou milhares de cidadãos ociosos nas favelas urbanas (*bidonvilles*), tais como em Cité Soleil e Cité Simone, comunidades superlotadas, carentes de serviços, inseguras e sem rendimento sustentável.

Com efeito, a centralização do poder no Haiti basicamente privilegiou instituições e decisões tomadas no que ficou conhecido como a “República de Porto Príncipe”. Por um lado, outras regiões e cidades do Haiti ficaram desvitalizadas e negligenciadas: isso foi evidenciado em relação ao desembolso da ajuda para a reconstrução, mas, por outro lado, a extrema densidade populacional em Porto Príncipe, à época do terremoto, intensificou os efeitos da devastação sobre os cidadãos urbanos que moravam a poucos quilômetros do epicentro.

5.2 Canal de ajuda inefetivo

Na era de respostas institucionalizadas a desastres, a corrida da comunidade internacional para ajudar as vítimas do terremoto haitiano foi sem precedentes. Mais de \$ 2 bilhões em ajuda foram prometidos através de várias fontes internacionais, ademais, cerca de 10 mil organizações não governamentais (ONGs) atuaram no país durante o período de reconstrução. Ao mesmo tempo que fontes tradicionais enviavam ajuda, oriundas de organizações internacionais não lucrativas, a fertilidade da economia política neoliberal possibilitou, também, muita atividade lucrativa transnacional. Em fevereiro de 2010, Kenneth Merten relatou que empresas afluíram para o país, vendo o terremoto como uma espécie de “corrida do ouro” pelos contratos de reconstrução (Hertz, Ives, 2011).

Ao longo dessa reação internacional, ficou bastante evidente que a ajuda foi principalmente distribuída por meio de organizações estrangeiras, de modo a marginalizar tanto as instituições do Estado quanto as organizações locais e de base comunitária haitianas. Menos de 1% do total do auxílio ao Haiti foi alocado por meio de instituições do Estado; poucas ONGs haitianas e organizações da sociedade civil foram cadastradas numa proporção global (United Nations Office..., 2011). O enfraquecimento do Estado, devido ao influxo de ONGs, foi a razão central da

inaptidão para uma reconstrução adequada, argumenta Pierre-Louis (2011), assim como os efeitos duradouros do boicote do século 19 e 20 do governo da nação e a contínua luta interna por poder entre as elites política e econômica.

Assim, a consequente marginalização das organizações locais agravou os custos da reconstrução. Zanotti (2010) argumenta que as formas encontradas pela comunidade internacional para usar ONGs como provedoras de serviços no Haiti enfraqueceram seriamente as instituições do Estado. Organizações capazes de prover emprego sustentável, capital social e outros serviços necessários, tais como os Partners in Health (Parceiros na Saúde) e a Fonkoze⁹, caracterizavam-se por terem conexões internacionais, estabilidade financeira, um enfoque de longo prazo e, o mais importante, uma abordagem baseada em necessidades. A falta de envolvimento de entidades domésticas colocou em risco a distribuição da ajuda aos mais vulneráveis. A tendência de alocação e distribuição da ajuda humanitária nos centros urbanos criou um perigoso ciclo que se autoperpetua. Essas tendências foram vistas não somente no resultado do terremoto de 2010, mas também durante o desembolso de auxílio decorrente dos furacões que afetaram o Haiti, tais como o Jeanne em 2004, no qual mais de 300 mil pessoas morreram ou ficaram desabrigadas, o Gustav em 2008, que afetou 15 mil famílias, e o Tomas de 2010, que agravou a então recente epidemia de cólera.

Como mencionado, Porto Príncipe já era um centro superpovoado. Entretanto, como nos desastres naturais anteriores, cidadãos vulneráveis de outras jurisdições aglomeraram-se nas áreas urbanas a fim de serem incluídos na área de abrangência dos vários tipos de auxílio (veja seção 5.4). O auxílio internacional também discriminou – conscientemente ou não – os beneficiários, de acordo com a língua (privilegiando os falantes de inglês e francês), a religião e a classe. Para ilustrar, numa pesquisa acerca de desastres naturais haitianos anteriores, Rachel Beauvoir-Dominique (2012, p. 17) relata que, durante a distribuição de ajuda pela Cruz Vermelha, após o furacão Jeanne em 2004, apesar de as políticas de alocação da assistência dessa organização se basearem “[...] unicamente em função da necessidade”, “[...] independentemente de raça, credo, ou nacionalidade dos beneficiários [...]”, certos grupos foram excluídos dos padrões de distribuição, em particular, os adeptos do vodu, tendo em vista que o auxílio era distribuído por meio de instituições protestantes estabelecidas.

5.3 Impacto da presença de forças internacionais de paz

As forças internacionais de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) atuam por intermédio da Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti (Minustah – Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, em inglês: United Nations Stabilization Mission in Haiti). Elas têm sido de caráter permanente no Haiti desde a destituição do presidente Jean-Bertrand Aristide em 2004. No entanto, sua

⁹ Acrônimo que identifica uma instituição financeira haitiana, cujo nome em crioulo haitiano é Fondasyon Kole Zepòl e, em português, significa “Fundação Ombro a Ombro”.

presença tornou-se cada vez mais controversa ao se considerar a violação à soberania do Haiti, os relatos de agressão e violência nos campos de deslocados, bem como a reintrodução do cólera no país, o que tem afetado gravemente as comunidades já vulneráveis (HealthRoots..., 2011).

Este último exemplo destaca-se, tendo em vista ter sido a pior epidemia de cólera do mundo em tempos recentes. A infecção humana pela bactéria do cólera costuma resultar da transmissão via água contaminada por fezes de pessoa infectada: um alto risco no Haiti, devido aos problemas ambientais associados à qualidade da água no país. A doença teve efeitos desproporcionais sobre as populações mais marginalizadas, infectando centenas de milhares de deslocados internamente que viviam em campos mal abastecidos de água potável. Numa economia política em que o Estado é incapaz de fornecer amplo acesso à água potável, tal água acaba tendo de ser comprada de estabelecimentos com fins lucrativos. Para aqueles que não podem arcar com tais custos, como a maioria dos que vivem nos campos de deslocados, as fontes de água variam desde valas de água da chuva até poços de água, sendo usadas para diversos fins: lavar, beber e cozinhar. Como se verá a seguir, os serviços nesses campos, em relação a saneamento e acesso a água potável, saúde e higiene eram limitados e inconstantes, dependendo do fornecimento e distribuição por parte dos funcionários do governo e de ONGs.

A introdução do cólera no Haiti tem sido atribuída a membros infectados da Minustah, os quais viviam numa base no Rio Artibonite, no norte de Porto Príncipe (HealthRoots..., 2011). Estima-se que 6% dos haitianos contraíram o cólera desde então, centenas de milhares foram hospitalizados e mais de oito mil morreram, de modo a forçar uma estrutura social institucional já vulnerável e deficiente, em que, por exemplo, os próprios hospitais que deveriam ser usados para tratar as vítimas do terremoto, foram também destruídos na catástrofe. Diante da extensão das infrações do que muitos chamam de "Ocupação da ONU", há crescentes pressões pelo fim da missão das Nações Unidas no Haiti (Edmonds, 2013; Weisbrot, 2011).

5.4 Consequências ambientais relacionadas aos campos de pessoas deslocadas internamente

Os problemas enfrentados pelos moradores desses campos são multifacetados, complexos e com impactos desproporcionais sobre os mais vulneráveis. Além da superlotação, causada pelo grande número de cidadãos que ficaram sem lar após o terremoto, os campos também sofrem devido aos padrões de distribuição de ajuda descritos. A atenção internacional concentrou-se nos recursos fornecidos aos campos de pessoas deslocadas, em detrimento de áreas rurais e urbanas excluídas, alguns (cerca de 3% dos moradores desses campos) viram isso como uma alternativa melhor para viverem e adquirirem recursos (Spraos, 2013). Devido a problemas de governança nos campos, crime, roubo e violência sexual estão por todos os lados, afetando principalmente os indivíduos vulneráveis, em particular, as mulheres. Horton (2012) argumenta que a marginalização das mulheres durante a reação ao

terremoto precisa ser entendida dentro do contexto maior da exclusão de gênero no Haiti, onde as mulheres e meninas enfrentam obstáculos para participar dos programas de assistência, como obrigações familiares, violência e exploração, agravadas pela discriminação racial e de classe. Horton (2012) sugere que reagir à vulnerabilidade das mulheres na reconstrução demanda o reconhecimento das capacidades que elas têm, bem como o apoio numa forma ampla e abrangente, a longo prazo.

A própria natureza dos campos de pessoas deslocadas em si, incluindo o fluxo de entrada e saída deles, tem sido problemática e disruptiva para os grupos vulneráveis do Haiti. Políticas relacionadas à ajuda humanitária nos campos, que podem ou não ter sido razoáveis, tiveram o efeito mais amplo de desmontar a *lakou* – estrutura familiar tradicional haitiana, de base comunal –, em favor de uma lógica de comunidade ocidental hierárquica e mais individualista, posta em movimento pela cultura internacional das ONGs (Schuller, 2013). Enquanto aproximadamente 275 mil haitianos ainda permanecem nos campos de deslocados, as estratégias de saída começaram a possibilitar a transferência de alguns cidadãos para residências mais permanentes (Amnesty..., 2013). No entanto, nos esforços em prol de superar o *status* temporário dos campos, as estratégias do governo para realocar os moradores deslocados em habitações de caráter permanente, em outros lugares, são carregadas de desigualdades. Essas “expulsões forçadas” estão impactando “os mais vulneráveis do Haiti”, relata Kevin Edmonds (2013) para a Canada Haiti Action Network (Rede de Ação Canadá-Haiti).

6 Ações sociais no Haiti e vulnerabilidade ambiental

O conjunto anterior de exemplos será usado para ilustrar como as considerações ambientais frequentemente negligenciadas afetam as próprias populações às quais as ações sociais de larga escala deveriam atender. Essa conexão pode ser ilustrada através do olhar do *Índice de Vulnerabilidade Ambiental* (Thésée; Carr, 2008a), uma classificação projetada para analisar ações e consequências, ao centralizar o meio ambiente no exame daqueles mais afetados por decisões tomadas em seu nome. O *Índice* apresenta oito perguntas que ajudam a refletir sobre a relação entre democracia e meio ambiente (Quadro 1). As perguntas exercem um papel central na avaliação de ações, efeitos ambientais, seus impactos sobre diversas populações, e sua aplicação pode, subsequentemente, ser utilizada no aprendizado sobre essas ações para tomadas de decisão futuras.

No caso das quatro ações exemplificadas anteriormente, é possível questionar se essas ações são necessárias. Podemos ver que a decisão de exterminar a população de suínos, por exemplo, seria em retrospecto altamente questionável, tendo em vista as consequências para a segurança alimentar e para a migração urbana. Da mesma forma, enquanto é geralmente aceito que os campos de deslocados internamente foram uma solução necessária perante a grande crise dos desabrigados após o terremoto, os efeitos prejudiciais dos vários abusos, do cólera e dos despejos forçados

se multiplicaram, resultantes das condições de vulnerabilidade de seus residentes. Ao analisarmos se o risco dessas ações foi avaliado adequadamente, podemos perceber que, em relação à resposta humanitária, a ajuda não foi devidamente problematizada nos níveis do impacto das decisões tomadas e que sua distribuição desproporcional levou a grandes níveis de desigualdade na sociedade. Quanto à presença da Minustah, há grandes riscos para uma sociedade colonizada, com um grande contingente de forças multinacionais de manutenção da paz, num país onde os recursos já são escassos. Uma ironia dolorosa do problema de acesso à água no Haiti é que a escassez de água potável é constantemente atribuída aos agentes internacionais que trabalham no país para responder a essas crises, incluindo as 10 mil tropas da Minustah.

Quadro 1 – Índice de Vulnerabilidade Ambiental: um panorama analítico e conceitual

Questão	Perguntas-chave
Necessidade	Nossas ações são necessárias?
Riscos	Avaliamos o nível de risco de nossas ações?
Previsibilidade	Sabemos o impacto de nossa ação antecipadamente?
Objetivo e resultado	Alcançamos o que havíamos planejado?
Custos e benefícios	Estamos satisfeitos com os resultados de nossas ações?
Centralidade do meio ambiente	Qual lugar o meio ambiente ocupa em nossas ações?
Vulnerabilidade	Quem é o mais afetado por nossas ações?
Justiça social	A justiça social faz parte de nossas ações?

Fonte: Adaptado de Thésée e Carr (2008a).

Considerar a *previsibilidade* do impacto de ações antecipadamente deveria ser um dever razoável, tendo em vista crescentes pesquisas sobre o tema e a experiência com ajuda em situações de desastre, entretanto, a complexidade da reação a desastres torna as certezas difíceis. De forma similar aos impactos de uma força de segurança estrangeira, a presença e a mobilização de ações armadas em contextos multiculturais tornam-se altamente imprevisíveis. Avaliar se o(s) *objetivo(s)* e o(s) *resultado(s)* planejado(s) são alcançáveis, muitas vezes, produz resultados contraditórios. Como nos casos dos planos de negócio e da industrialização de Porto Príncipe que, para estimular melhores condições de vida aos haitianos, alcançou exatamente o resultado oposto. Quer os *benefícios* tenham superado os custos das ações ou não, ficou evidente que uma quantia muito maior de capital foi investida para reconstruir o Haiti, se comparada aos benefícios tangíveis alcançados pelas comunidades haitianas mais vulneráveis.

Em outras esferas, devemos nos perguntar se, para o povo haitiano, os resultados de segurança são mais satisfatórios do que aqueles de soberania. Em termos da *centralidade do meio ambiente* e da *justiça social* nessas ações, alguns institutos, tais como o mandato da Minustah, não priorizam o meio ambiente, nem a justiça social (United Nations Stabilization..., 2004), porém, esforços por trás dos campos de pessoas deslocadas e da distribuição de ajuda mantêm a justiça social em alta consideração, e provavelmente teriam atuado de forma a incorporar mais

plenamente o meio ambiente ao processo decisório. Finalmente, na avaliação da *vulnerabilidade*, ao se perguntar quem é mais afetado por nossas ações, é possível ver que os grupos mais vulneráveis foram afetados pelo planejamento urbano precário e pela gestão inacabada (e até mesmo incompetente) da distribuição de ajuda. Em outros casos, comunidades vulneráveis nos campos de deslocados, por terem sido retiradas e suplantadas da visibilidade e escrutínio dos centros urbanos, foram mais afetadas pelos abusos da Minustah, que só vieram à tona por causa de provas em vídeo e foto, apresentadas a organizações de direitos humanos (HealthRoots ..., 2011).

Esta análise ressalta que a visão estratégica das implicações mais amplas de ações sobre a população precisa incluir não só uma avaliação das consequências imediatas, mas também dos resultados a prazos mais longos, as implicações não

Quadro 2: Aplicação do Índice de Vulnerabilidade às ações relacionadas ao terremoto

Questões	Ações			
	Centralização	Distribuição de ajuda	Manutenção internacional da paz	Campos de pessoas deslocadas internamente
Neces-sidade	Altamente discutível se essas decisões foram necessárias	Ajuda é necessária num contexto de desastre	Legitimados depois de 2004, altamente questionados atualmente	Necessários, mas os moradores sofrem com a má gestão dos campos
Riscos	Mal avaliados	Não foram examinados adequadamente	Estão ligados a abusos e à contaminação da água	Fardo enorme sobre a escolha do local; para as mulheres há o risco de estupro; melhores estratégias de saída são necessárias
Previsi-bilidade	Pesquisas sobre desastres são altamente úteis para o planejamento urbano	Crescentes pesquisas sobre distribuição de ajuda emergencial	Medidas das Forças Armadas são altamente imprevisíveis	Planejamento necessário para encerrá-los
Objetivo / Resultado	Resultados foram contraditórios	Resultados disputados	Resultados de objetivos da segurança e de infração a direitos	Resultados imediatos alcançados; preocupações temporárias e sustentáveis
Custos e Benefícios	Planejamento precário obteve resultados prejudiciais	Mais de \$ 5 bilhões em contribuições	Será que a segurança supera o custo da soberania?	Resultados mistos
Centra-lidade do meio ambiente	Baixa prioridade	Diversas ONGs ambientalistas em todo o Haiti, Unep	Não há referências ao meio ambiente em qualquer documento sobre a política da Minustah	Mais consideração teria sido benéfica
Vulnerabi-lidade	Fragilidade das habitações em favelas e subúrbios de encosta	Hegemonia e imperialismo cultural obscuros	Os mais impotentes contra uma máquina poderosa	Altas consequências nos grupos vulneráveis
Justiça social	A justiça social é uma preocupação secundária	Frequentemente priorizada, mas deturpada por mensagens múltiplas	Não é uma prioridade declarada	Misturados – um foco para diversos grupos

humanas e as probabilidades de sucesso. Quando se posicionam os efeitos do terremoto diante dessas quatro decisões principais de planejamento social, fica claro que os resultados prejudiciais foram consequência de uma história que excluiu os cidadãos mais vulneráveis do país. Essas complexidades são congruentes com a conturbada história de Estado e de governança haitiana internacional.

Embora a intenção e as motivações por trás de todas essas iniciativas tenham considerado, em diferentes graus e por meio de várias ideologias, o benefício aos grupos que sofreram danos, elas não conseguiram reconhecer a abrangência das implicações ambientais e como tais implicações inevitavelmente prejudicariam as próprias populações a quem as políticas subjacentes pretendiam beneficiar. Essa desconexão trata da falta de consideração sobre certas perspectivas, como a ambiental, ao se refletir sobre a população – uma omissão com consequências catastróficas óbvias. A falta de participação – ou, pelo menos, de uma consideração crítica – dos mais vulneráveis em decisões centrais, ilustra que as catástrofes vivenciadas pelos grupos vulneráveis não resultam de problemas ambientais, mas sim de um problema ligado diretamente à democracia. Da mesma maneira, a negligência dessa conexão no Haiti ilustra que, assim como em outros lugares, uma abordagem democrática “espessa” na tomada de decisão da sociedade deve incorporar considerações de longo alcance, tais como o impacto ambiental. Desse modo, para o objetivo final de entendimento e educação sobre crises ambientais, essa ligação entre democracia e meio ambiente deve ser exposta e explicitada.

7 O meio ambiente no contexto de uma democracia “espessa” e a educação para a democracia

As formas distintas de se conceituar democracia por aqueles que são responsáveis pelas decisões de larga escala devem levar em conta as histórias sociais complexas do Haiti em relação à segregação racial, de classe e geográfica. Carr (2011, 2013) qualifica vários aspectos de uma democracia “espessa”, em que cidadãos são politicamente alfabetizados, não sobre as plataformas dos partidos políticos por si próprias, mas sobre a dinâmica de poder na sociedade, como alguns grupos se beneficiam de relações de poder e outros se tornam vulneráveis, dependentes de formas críticas e significativas de engajamento e educação. No caso do Haiti, isso incluiria conscientização e questionamento sobre as decisões tomadas pelo Estado, as diversas formas injustas de intervenção e de política estrangeiras impostas ao país, e como o impacto dessas ações no meio ambiente afeta todos os cidadãos haitianos. Uma perspectiva “espessa” da democracia incentivaria o planejamento social, de modo a examinar as raízes históricas do conflito no Haiti e analisar as implicações das intervenções internacionais sobre os direitos humanos dos mais vulneráveis.

Em novembro de 2010, no início do período de reconstrução, o Haiti realizou eleições presidenciais. Esforços para “defender a democracia” no país foram empreendidos e houve muito controle sobre o direito de voto, com eleições

monitoradas por grupos externos, tais como a Organização dos Estados Americanos (OEA). Enquanto isso, milhares de haitianos continuaram a sofrer não apenas pelos efeitos do terremoto, mas também pelo comprometimento ambiental, resultante de ações que o terremoto intensificou. Em consequência, a negligência geral quanto às pessoas marginalizadas prova que a democracia não é abordada num sentido “espesso” no Haiti. Uma conceituação mais “espessa” de democracia se prestaria a pensar, agir e conectar as decisões ambientais junto às populações vulneráveis, de modo mais completo e profundo, especialmente por meio da educação nos níveis formais e informais.

A sociedade civil, as organizações de base comunitária, as organizações voltadas para a prestação de contas e as instituições jurídicas também são facetas integrantes de uma democracia “espessa”. Organizações populares que abordam a vulnerabilidade, tais como o Institute for Justice and Democracy in Haiti (Instituto para a Justiça e a Democracia no Haiti) e o Panos Institute Caribbean (Instituto Panos Caribe), são componentes importantes para a construção de uma democracia “espessa” no Haiti, entretanto, a elas tem sido concedido pouquíssimo espaço no planejamento e na estrutura da sociedade atual. As consequências resultantes de anos de desmatamento no país se potencializam pela derrubada continuada de árvores para produção de carvão vegetal, uma matéria-prima recentemente usada pelas famílias para fins domésticos, que acaba por aumentar a erosão e o esgotamento ambiental (Prévil, Thésée, 2012).

150

Defendemos que o potencial do Haiti em criar uma sociedade justa, na qual todos os seus habitantes sejam levados em consideração durante tempos de crise ambiental, possa ser alcançado por meio da educação para uma democracia “espessa”. Atualmente, por todo o mundo, a educação universalista e hegemônica resiste ao ensino e aprendizagem voltados para a democracia “espessa”. É raro encontrar uma visão de democracia que vá além de sua forma tradicional, modelada pela teoria política contemporânea e pela economia política neoliberal. O ensino para uma democracia “espessa”, ao contrário, é muitas vezes visto como “distorcido”, “político”, ou “doutrinário” (Carr, 2011, 2013). O aumento da atenção à avaliação da educação regular minimiza perspectivas diferenciadas quanto ao currículo, inclusive quanto a formas alternativas de democracia. A alfabetização tende a não ser vista em ligação com a democracia (ou seja, como alfabetização crítica, alfabetização política, alfabetização midiática), em vez disso, concentra-se nas habilidades funcionais de letramento voltadas para o emprego e aplicações puramente práticas. A educação sob a ideologia neoliberal dominante está predisposta a um currículo que é prescritivo e didático. Essas tendências ficam evidenciadas tanto em professores quanto em alunos, incluindo as perspectivas de democracia dos estudantes de educação na América do Norte (Carr, 2011, 2013; Carr, Becker, 2014; Carr, Plum, [no prelo]), bem como no âmbito das estruturas educacionais no Haiti (Wolff, 2008). Assim, na ausência de uma educação democrática “espessa” ou de pedagogias críticas ou transformadoras, permite-se a reprodução de desigualdades, estruturas hegemônicas e vulnerabilidades sociais.

Essa educação deve ocorrer principalmente nas nações doadoras de ajuda onde a hegemonia é produzida, mas também no Haiti, onde a justiça ambiental pode ser encabeçada por meio da resistência, iniciada pelas próprias comunidades vulneráveis (Thésé, Carr, 2008b; Prével, Thésée, 2012). Por meio desse currículo, ligações explícitas são feitas entre meio ambiente, justiça social e vulnerabilidade. Em contraste com a educação para a democracia “fina”, o currículo democrático “espesso” torna explícitas as ligações entre grupos e estruturas de poder na sociedade e provoca o engajamento crítico. A educação para a democracia “espessa” estabelece a democracia como parte integrante da sociedade; analisa criticamente como entendimentos atuais acerca da democracia beneficiam alguns, mas não outros; entende que, para muitos, a democracia “espessa” – no sentido de se ter poder real e participação significativa nas decisões que afetam suas vidas – é um mito; e que trabalhar para transformar essas injustiças é incumbência do aprendizado sobre democracia (Thésée, Carr, [no prelo]). A educação democrática “espessa” mantém uma ênfase no ativismo da sociedade – participação, questionamento – e uma exposição aos movimentos políticos e sociais únicos e inovadores, fora dos enquadramentos tradicionais da democracia apresentada no currículo formal.

Ensinar sobre o papel das organizações da sociedade civil haitianas, dos grupos de direitos humanos, das organizações de justiça e desobediência civil é uma faceta importante da democracia, ao contrário de ser uma distração do funcionamento adequado do Estado. Uma interpretação de democracia “espessa” considera que o ensino sobre democracia deva ser crítico, a fim de desafiar as estruturas de poder existentes e a hegemonia, e que, sem estas abordagens, o evitamento da discussão simplesmente reproduz – ou, mais provavelmente, exacerba – estruturas de poder existentes e injustiças na sociedade (Carr, Becker, 2013). A educação tanto dos cidadãos quanto dos aliados haitianos deve incorporar uma filosofia central da democracia “espessa”, de modo que todos os seus cidadãos, incluindo os mais vulneráveis, tornem-se igualmente resilientes em face das crises ambientais.

8 Conclusão

Nesse artigo, exploramos como as perspectivas limitadas sobre a democracia, em última análise, privam de direitos as populações vulneráveis em meio a catástrofes ambientais. O terremoto no Haiti foi usado como um estudo de caso que ilustra as profundezas dos efeitos desproporcionais de um desastre “natural” sobre suas populações mais vulneráveis. Enquanto os defensores da democracia tradicional, hegemônica – o que chamamos de democracia “fina” – podem negar a ligação entre o meio ambiente e uma sociedade democrática, argumentamos que numa democracia “espessa” – e numa democracia ecológica – as decisões da sociedade, suas consequências ambientais, a vulnerabilidade e a democracia (crítica) estão profundamente entrelaçadas.

Após a análise das quatro ações sociais significativas, em relação aos esforços de reconstrução pós-terremoto, foi proposto que a educação para a democracia “espessa” seja uma prioridade fundamental para os alunos no Haiti e em todas as nações envolvidas na ajuda e na resposta ao terremoto haitiano. Diversas perguntas, no entanto, permanecem, tais como: Para quem se destina tal educação? Como a educação democrática poderá ser assegurada? Quais instituições darão apoio sincero a essas iniciativas (em termos de financiamento apropriado e de medidas políticas adequadas)? Como o seu impacto pode, de fato, proporcionar uma sociedade mais justa ao Haiti?

Propomos que a educação dos cidadãos e aliados haitianos contemple, de forma semelhante, a alfabetização midiática, a fim de se reconhecer a mais nova colonização do Haiti após o terremoto; a justiça social, com o intuito de se compreender as implicações socioestruturais do planejamento social; e a pedagogia crítica para se distinguir as ações sociais que fortalecem todos os povos de uma nação, e as que deixam os marginalizados ainda mais vulneráveis. No seu sentido “espesso”, a democracia deve abranger além do ato político do voto, uma consciência social mais ampla de comprometimento com aqueles em condições de marginalidade e vulnerabilidade, incluindo um foco central sobre a relação vital entre os seres humanos e o meio ambiente (Thésée, Carr, [no prelo]).

Referências bibliográficas

AMNESTY INTERNATIONAL. “*Nowhere to go*”: forced evictions in Haiti’s: displacement camps. London: Amnesty International, 2013.

ANGLADE, Georges. *Espace et liberté en Haïti*. Montréal: ERCE (Groupe d’Études et de Recherches Critiques d’Espace), Université du Québec à Montréal, 1982a.

ANGLADE, Georges. *Atlas critique d’Haïti*. Montréal: ERCE (Groupe d’Études et de Recherches Critiques d’Espace), Université du Québec à Montréal, 1982b.

ANGLADE, Georges. *L’espace haïtien*. Montréal: Université du Québec, 1974.

ARTHUR, Charles; DASH, Michael. *A Haitian anthology: libète*. London: Latin American Bureau, 1999.

BEAUVOIR-DOMINIQUE, R. Humanitarian assistance in Gonaïves after Hurricane Jeanne. In: SCHULLER, M.; MORALES, P. (Ed.). *Tectonic shifts: Haiti after the earthquake*. Sterling, Virginia: Stylus Publishing, LLC, 2012.

BOURG, Dominique; WHITESIDE, Kerry. *Vers une démocratie écologique*. Paris: Éditions du Seuil, 2010. (Collection: La République des Idées).

CARR, Paul R. *Does your vote count? Critical pedagogy and democracy*. New York, NY: Peter Lang, 2011.

CARR, Paul R. Thinking about the connection between democratizing education and educator experience: can we teach what we preach? *Scholar-Practitioner Quarterly*, v. 6, n. 3, p. 196-218, 2013.

CARR, Paul R.; BECKER, Daniel. The language of hegemonic democracy, and the prospects for an Education for Democracy. *The Social Educator*, v. 31, n.1, p. 22-34, 2013.

CARR, Paul R.; PLUIM, Gary. Education for democracy and the specter of neoliberalism jamming the classroom. In: ABENDROTH, Mark; PORFILIO, Brad J. (Ed.). *School against neoliberal rule: educational fronts for local and global justice: a reader*. Charlotte, NC: Information Age Publishing, [s. d.].

CASIMIR, Jean. *The Caribbean: one and divisible*. Santiago, Chile: United Nations, 1992.

COURLANDER, Harold. *The drum and the hoe*. Berkley: University of California Press, 1960.

DOUCET, F.; DUBLIN, J. A. Who decides? Defining the promises and perils of autonomy, engagement, and institutional change in Haiti post-quake. *The Journal of Haitian Studies*, Santa Barbara, United States, v. 18, n. 1, 2012.

EDMONDS, K. Beyond good intentions: the structural limitations of NGOs in Haiti. *Critical Sociology*, v. 39, n. 3, p. 439-452, 2013.

EDMONDS, Kevin. *Forced evictions continue to target Haiti's most vulnerable*. Canada Haiti Action Network, 2013. Retrieved from: <<http://canadahaitiacion.ca/content/forced-evictions-continue-target-haiti's-most-vulnerable>>.

FARMER, P. *Haiti after the earthquake*. New York: Public Affairs, 2011.

FARMER, Paul. *The SES of Haiti*. New York: Common Courage, 2006. [Socios en Salud (SES) = Partners in Health (PIH)].

FICK, Caroline E. *The making of Haïti: the Saint-Domingue revolution from below*. Knoxville: University of Tennessee, 1990.

FOUCAULT, Michel. *Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

GIROUX, Henry. *The spectacle of illiteracy and the crisis of democracy*. 2009, Sept. 15. Retrieved from: <<http://www.truthout.org/091509A>>.

HEALTHROOTS STUDENT ORGANIZATIONS. *Minustah: keeping the peace, or conspiring against it? A review of the human rights record of the United Nations Stabilization Mission in Haiti 2010-2011*. Boston: Harvard School of Public Health, Oct., 2011. Retrieved from: <<http://www.canadahaitiacion.ca/content/white-paper-minustah-keeping-peace-or-conspiring-against-it>>.

- HERZ, A.; IVES, K. WikiLeaks reveals "gold rush" for contractors after quake. *Green Left Weekly*, Sydney, n. 884, jun. 2011. Retrieved from: <<https://www.youtube.com/watch?v=OxT4aZsXkuY>>.
- HORTON, L. After the earthquake: gender inequality and transformation in post-disaster Haiti. *Gender and development*, Oxford, v. 20, n. 2, p. 295-308, 2012.
- JAMES, C. L. R. *The Black Jacobins: Toussaint Louverture and the San Domingo Revolution*. London: Random House, 1989.
- MUGGAH, R.; KOLBE, L. The effects of stabilisation on humanitarian action in Haiti. *Disasters*, Oxford, n. 34, p. 444- 463, 2011.
- MUGGAH, Robert; KOLBE, Athena. Haiti: why an accurate count of civilian deaths matters. *Los Angeles Times*, 12 July 2011. Retrieved from: <<http://articles.latimes.com/2011/jul/12/opinion/la-oe-muggah-haiti-count-20110712>>.
- OLIVER-SMITH, A. Haiti's 500-year earthquake. In: SCHULLER, M.; MORALES, P. (Ed.). *Tectonic shifts: Haiti after the earthquake*. Sterling, Virginia: Stylus Publishing, LLC, 2012.
- PELLING, M. Urban governance and disaster risk reduction in the Caribbean: the experiences of Oxfam GB. *Environment & Urbanization*, London, v. 23, n. 2, p. 383-400, 2011.
- PIERRE-LOUIS, Michèle D. Deux ans après le séisme: constats et analyses. In: FORUM SUR LES DÉFIS DE LA RECONSTRUCTION EN HAÏTI, 2011, Montréal. *Proceedings ...* Montréal: Minustah, 2011. Retrieved from: <http://www.aqoci.qc.ca/IMG/pdf/presentation_de_michele_d._pierre-louis_9_mai_2012.pdf>.
- PRESSLEY-SANON, T. Lucid cameras: imaging Haiti after the earthquake of 2010. *The Journal of Haitian Studies*, Santa Barbara, United States, v. 17, n. 2, 2011.
- PRÉVIL, C.; THÉSÉE, G. Développer le sens du lieu dans l'éducation et la formation en Haïti: une perspective critique. *Dialogues et cultures*, Paris, n. 58, p. 119-128, 2012.
- ROSNICK, David. *The Organization of American States in Haiti: election monitoring or political intervention?* Washington: Center for Economic and Policy Research, 2011.
- SAUVÉ, L. La dimension politique de l'éducation relative à l'environnement: un certain vertige: texte éditorial. *Éducation relative à l'environnement: regards, recherches, réflexions*, Québec, n. 9, p. 7-21, 2011.
- SCHUGURENSKY, Daniel. Grassroots democracy: the participatory budget of Porto Alegre. *Canadian Dimension*, Winnipeg, Manitoba, v. 35, n. 1, p. 30-32, 2001.
- SCHULLER, M. Genetically modified organizations? Understanding & supporting civil society in Haiti. *The Journal of Haitian Studies*, Santa Barbara, United States, v. 18, n. 1, 2012.

SCHULLER, Mark A. Enpak èd entènasyonan sou enfrastrikit sivik: ONG nan kan pou deplase yo, *Haiti Perspectives*, Québec, v. 2, n. 2, p. 38-45, 2013.

SCHWARTZ, Timothy. *Haiti's questionable earthquake death toll*. May 30, 2011, 12:20 AM. Retrieved from: <http://open.salon.com/blog/timotuck/2011/05/29/haitis_questionable_earthquake_death_toll>.

SMITH, Paul, LEGER, Anaïs, LÉGER, Louis-Alexis, LÉGER, Dominique Nadine. An ecological cluster model for rural development projects: application in Galette Chamon, *Cul-de-Sac watershed*, Haiti. *Haiti perspectives*, Québec, v. 2, n. 2, p. 46-56, 2013.

SPRAOS, Helen. IDP Camps: the least worst option for the earthquake's homeless. *Haiti perspectives*, Québec, v. 2, n. 2, p. 65-69, 2013. Retrieved from: <<https://docs.google.com/file/d/0B1mKTpp0zLqmVmt0aFRySWVKUHM/edit?pli=1>>.

THÉSE, G.; CARR, P. R. *Éducation relative à l'environnement: regards, recherches, réflexions*, 12. [No prelo].

THÉSÉE, Gina; CARR, Paul R. Une proposition d'élargissement de la dimension critique en éducation relative à l'environnement: la résistance éco-épistémologique. *Éducation relative à l'environnement: regards, recherches, réflexions*. Québec, v. 7, p. 65-90, 2008a.

THÉSÉE, Gina; CARR, Paul R. L'interculturel en environnement: où justice sociale devrait rimer avec justice environnementale. *Journal of Canadian and International Education*, v. 37 n.1, p. 45-70, 2008b.

UNITED NATIONS OFFICE OF THE SPECIAL ENVOY FOR HAITI. *Has aid changed? Channelling assistance to Haiti before and after the earthquake*. New York: United Nations, 2011.

UNITED NATIONS STABILIZATION MISSION IN HAITI. *Minustah mandate*. 2004. Retrieved from: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/mandate.shtml>>.

WEISBROT, M. Cables show why UN occupation should end. *Green Left Weekly*, Sydney, v. 889, p. 18-18, 2011.

WOLFF, Laurence. *Education in Haiti: the way forward*. Washington, DC: PREAL, 2008.

ZANOTTI, L. Cacophonies of aid, failed State building and NGOs in Haiti: setting the stage for disaster, envisioning the future. *Third World Quarterly*, v. 31, n.5, p. 755-771, 2010.

Paul R. Carr é professor do Departamento de Educação da Université du Québec en Outaouais (UQO), uma universidade de língua francesa em Gatineau, Québec, Canadá. Coordena o projeto de pesquisa do Social Sciences and Humanities Research Council of Canada (SSHRC), intitulado *Democracy, Political Literacy and Transformative Education* (www.education4democracy.net). Colabora com uma rede internacional de colegas por meio do *Global Doing Democracy Research Project* (GDDRP), do qual é co-fundador e co-diretor.

www.paulrcarr.net

Gary W. J. Plum é instrutor em Lakehead University (Orillia, Canadá) e está concluindo seu doutorado no Instituto Ontário de Estudos em Educação na Universidade de Toronto, com uma pesquisa sobre a participação dos jovens na reconstrução pós-terremoto no Haiti.

Gina Thésée é professora associada de Formação de Professores na Université du Québec à Montréal (Canadá). Sua pesquisa analisa educação científica, interculturalismo, descolonização, meio ambiente, e epistemologia crítica.

Recebido em 10 de fevereiro de 2014

Aprovado em 31 de março de 2014